

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.325 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2001



Aprovadas regras para uso dos recursos do Fundo da Pobreza

Regulamentação votada pelo Senado vai à sanção presidencial e permitirá a aplicação imediata de R\$ 500 milhões já disponíveis

PÁGINA 3

Recursos do Fundo da Pobreza poderão chegar à população por meio dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação

O que é o fundo	COMBATE À POBREZA
Prazo de vigência: de 2001 até 2010	
Valor mínimo a ser aplicado: R\$ 4 bilhões – ao ano –	
Principais receitas que constituem o fundo:	
0,08% da CPMF	
5% de acréscimo no IPI incidente sobre produtos supérfluos	
A lei determina que, caso as fontes de receita não alcancem os R\$ 4 bilhões, o valor restante será proveniente de dotação orçamentária	
O atendimento será feito por meio dos programas Bolsa-Escola (famílias que têm filhos com idade entre seis e quinze anos) e Bolsa-Alimentação (famílias com filhos em idade de zero a seis anos)	

Energia renovável pode ter programa de incentivos

Projeto de Edison Lobão, com substitutivo de José Eduardo Dutra, foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Infra-Estrutura.

PÁGINA 7

CCJ aceita nova recondução de Geraldo Brindeiro

Indicação para o quarto mandato consecutivo como procurador-geral da República depende agora da aprovação do Plenário.

PÁGINA 10



O Congresso discutiu a proposta por mais de quatro horas e não chegou a um acordo

Votação da LDO prossegue hoje

Falta de quórum no Senado adia exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias para as 9h30

PÁGINA 5

Plenário vota hoje concurso público para tribunais de contas

Proposta de Álvaro Dias permite esse tipo de seleção para nomeação de conselheiros

O Senado vota hoje em primeiro turno a proposta de emenda constitucional (PEC) que amplia as modalidades de conselheiro dos tribunais de contas dos estados, Distrito Federal e municípios, visando permitir o preenchimento das vagas para esses cargos por meio de concurso público.

O primeiro signatário da PEC, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), argumenta que o concurso público já é utilizado para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, sendo portanto desejável que o critério possa ser estendido aos tribunais de contas, para garantir mais impessoalidade e moralidade no preenchimento das vagas.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a proposta é conveniente e oportuna, porque permite, pelo menos, a parcial reestruturação das cortes de contas estaduais e municipais.

Jefferson lembrou os muitos escândalos que surgiram em relação ao Tribunal de Contas do Municí-



Álvaro argumenta que medida garante mais impessoalidade e moralidade naqueles órgãos

pio de São Paulo, nas administrações Paulo Maluf e Celso Pitta, com remuneração abusiva de conselheiros e verdadeiro desperdício de dinheiro público. "Maior isenção e independência na indicação dos conselheiros das cortes de contas pode melhorar o sistema de controle externo adotado no Brasil", argumentou.

Integra ainda a pauta da sessão de hoje a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Fernandinho Beira-Mar presta depoimento

Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que se encontra detido na Polícia Federal, em Brasília, vai prestar depoimento à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas em todo o país. O seu comparecimento à comissão será hoje, às 15h.

O objetivo do depoimento é tentar esclarecer as relações entre o



roubo de cargas e o narcotráfico.

A CPI do Congresso, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), vem apurando há vários meses o aumento do roubo de cargas no país. Ela investiga também a lavagem de dinheiro e o desmanche de caminhões promovidos pelas quadrilhas envolvidas nesse tipo de crime.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

9h30 — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional (abertura de créditos) e de medidas provisórias. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Em seguida — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações que especifica; Mensagem nº 134/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha para exercer a função de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; Mensagem nº 135/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha para, cumulativamente, exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado do Qatar; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PDL nº 46/01, aprova o texto do Acordo sobre a Transferência de Nacionais Condenados, celebrado entre os governos do Brasil e da Bolívia; PDL nº 54/01, aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Romênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora; e PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal.

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 143/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia; e Mensagem nº 144/01, submete à apreciação do Senado o nome de Cesário Melantônio Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLS nº 157/99, altera o parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º no art. 542 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 82/00, dispõe sobre a Polícia do Senado Federal; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, vinculando à receita dele decorrente para obras no sistema nacional de viação para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLC nº 32/01, dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias; Requerimento nº 291/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre os resultados financeiros, balançetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modol, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos

1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pelo MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afiação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão de obras de artes visuais; e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União.

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

18h30 — Lançamento do livro *Quem é Pedro Simon*, de autoria do jornalista Luiz Gutemberg. *Biblioteca do Senado Federal*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 75/96, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDL nº 57/01, aprova o texto da Convenção nº 174 da OIT sobre a prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Resolução nº 181; PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre os governos do Brasil e da França; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 305/01, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 27/00, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

COMISSÕES

Quinta-feira

15h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática

Pauta: exposição do diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho, do vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), Evandro Guimarães, e do diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 15*

ESPECIAL

Quinta-feira

20h30 — Apresentação do Coral do Senado em comemoração aos cinco anos de criação do grupo. *Auditório da Casa Thomas Jefferson — 606 Norte*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova nomes para Abin, Cade e embaixada

Foram acolhidas ontem pelo Senado mensagens do presidente da República indicando Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para o cargo de diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ronaldo Porto Macedo Júnior para conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e André Mattoso Maia Amado para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Peru.

A votação secreta registrou para as três indicações 50 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções. O senador Tião Viana (PT-AC) solicitou ao novo embaixador do Brasil no Peru esforços para viabilizar a ligação rodoviária entre os dois países. Tião Viana afirmou que a maneira de o Brasil alcançar satisfatoriamente o mercado asiático é a ligação com o Oceano Pacífico por meio terrestre. No estado do Acre, acrescentou o senador, a estrada já está em fase de conclusão.

Doze emissoras têm autorização para funcionar

Por meio de 12 projetos de decreto legislativo, o Plenário autorizou o funcionamento de 12 emissoras de rádio em sete estados brasileiros.

A Fundação Máximo Zandonadi, de Venda Nova do Imigrante (ES), a Fundação Cultural Sudeste do Piauí, de São Raimundo Nonato (PI), e a Fundação Logos - Edições, de Itatiba (SP), poderão operar em frequência modulada.

O Plenário também autorizou operação em radiodifusão comunitária para as seguintes associações: Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste, de Aparecida D'Oeste (SP); Associação Católica Cultural e de Promoção Social Padre Cassimiro Mikucki, de Ribeirão Bonito (SP); União Caixeiral de Lajes, de Lajes (RN); Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, de Luz (MG); Associação Cultural Chapadão do Sul, de Chapadão do Sul (MS); Rádio Comunitária Nova Lima FM, de Nova Lima (MG); Associação Nossa Senhora das Candeias, de Jaguaribe (CE); Associação Comunitária de Rádio Vargem Alegre FM, de Vargem Alegre (MG); e a Associação Comunitária de Nísia Floresta, da cidade de Nísia Floresta (RN). Os projetos agora serão encaminhados à promulgação.

Projeto que regulamenta Fundo da Pobreza vai à sanção presidencial

Proposta aprovada ontem pelo Senado deverá destinar R\$ 4 bilhões por ano para as áreas mais carentes do país. Estão disponíveis para aplicação imediata R\$ 500 milhões



Regulamentação do fundo recebeu 57 votos favoráveis do Plenário do Senado

O Plenário do Senado aprovou ontem, com 57 votos a favor e três contra, o projeto de lei que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e que deverá destinar cerca de R\$ 4 bilhões, a cada ano, para as áreas mais carentes do país. Para virar lei, a matéria só precisa agora ser sancionada pelo presidente da República. Já existem disponíveis para o fundo cerca de R\$ 500 milhões, oriundos da diferença de 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que vem sendo recolhida desde março último. Os recursos poderão ser aplicados imediatamente no combate à miséria.

O texto foi aprovado em regime de urgência, depois de debate em que se manifestaram 14 senadores, entre eles, o relator da matéria, Romero Jucá (PSDB-RR). O relator definiu a proposta como um avanço por colocar mais R\$ 4 bilhões nos programas sociais do governo. Em sua opinião, isso vai melhorar as condições de vida da população de baixa renda, propiciando alimento a muitas famílias.

Entre os senadores que fizeram restrições à iniciativa, Marina Silva (PT-AC) disse que é impossível debelar a pobreza com uma ação isolada do Executivo, sem a efetiva participação da sociedade civil. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) sustentou que o projeto não muda em nada a vida do povo brasileiro, sendo inconveniente pretender que ele erradicará a pobreza.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que o projeto foi gerado, concebido e concretizado no Parlamento, sobretudo no Senado Federal que, em 1999, uniu-se à Câmara para formar comissão destinada a estudar uma iniciativa de combate e erradicação da pobreza. Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que o projeto não se concretizaria sem a postura firme e decidida do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O fundo foi criado por emenda constitucional e sua regulamentação é requisito fundamental para o recolhimento das receitas que financiarão ações de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar para a população mais pobre.

Ampliada a possibilidade de agricultores receberem benefícios da Previdência

O Senado aprovou o projeto de lei de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que, para efeito de arrecadação previdenciária, equipara os condomínios de produtores rurais estabelecidos com a finalidade de contratação de mão-de-obra aos produtores rurais individuais. Antes de ser enviado à Câmara, o projeto será votado em turno suplementar pelo Plenário do Senado.



Arlindo Porto: falta de incentivos provoca êxodo rural

Ao conclamar os senadores a aprovarem a proposta, Arlindo Porto disse que, ao garantir aos empregados o acesso aos benefícios da Previdência Social, ela incentiva o emprego no meio rural. O senador lembrou que, devido a tecnologias e equipamentos agrícolas, a necessidade de mão-de-obra no campo foi muito reduzida. Por isso, continuou, há 60 anos 68% da população brasileira residia no campo, enquanto hoje, por falta de incentivos, apenas 21% dos brasileiros vivem longe dos grandes centros urbanos.

Na votação, foi acatada emenda de redação apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS) e outra, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), excluindo do dispositivo a palavra "temporária". Assim, todos os trabalhadores rurais, independentemente de terem trabalho sazonal, poderão contar com benefícios previdenciários.

Plenário autoriza criação de distrito agropecuário em São Luiz do Anauá

Projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando o Poder Executivo a criar distrito agropecuário no município de São Luiz do Anauá (Roraima) foi aprovado ontem pelo Senado. O distrito deve desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, preservação e pesquisa. A matéria agora vai à deliberação da Câmara.

Entre os objetivos desse distrito estão a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, aproveitamento regional dos recursos naturais, diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativistas e criação de empregos na região.

Foi decidido também que o Ministério do Planejamento, por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), fixará as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem criados nesse distrito agropecuário.



Distrito proposto por Jucá incentiva agropecuária

Aprovada quebra de sigilo de empresários envolvidos com TDAs

Conforme requerimento, Banco Central deve submeter ao Senado movimentação financeira de três envolvidos na compra de títulos irregularmente emitidos

O Plenário do Senado aprovou ontem pedido ao Banco Central para que seja quebrado o sigilo bancário dos empresários Vera Arantes Campos, Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva, envolvidos na compra de títulos da dívida agrária (TDAs) irregularmente emitidos. O objetivo é rastrear cheque de R\$ 4 milhões usado para pagamento dos TDAs.

O requerimento, de autoria dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Arlindo Porto (PTB-MG), oficia o Banco Central para que submeta ao Senado extratos



Requerimento para quebra de sigilo foi apresentado pelos senadores José Eduardo Dutra (foto à esquerda) e Arlindo Porto

de movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos durante o segundo semestre de 1988



e o primeiro semestre de 1989, referentes à conta bancária de Vera Campos na agência central

do Banco Bamerindus, na Rua XV de Novembro, em São Paulo (SP). Pede também os dados disponíveis, no mesmo período, sobre a movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos por Serafim de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva.

O relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), favorável ao requerimento, havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na manhã de ontem. Parga considerou que o sigilo bancário pode ser quebrado a pedido de qualquer das Casas do Congresso Nacional.



Suplicy quer esclarecimentos sobre FonteCindam, Marka, Modal e outras instituições bancárias

CCJ vota pedido de informações sobre bancos

Requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre os resultados financeiros e os balancetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual durante os anos de 1997 e 1998 deverá ser votado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O parecer do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), é pelo encaminhamento do requerimento ao ministro Pedro Malan.

Com as informações do Ministério da Fazenda, Eduardo Suplicy pretende verificar se procedem os indícios de que houve um suposto esquema de vazamento de informações sobre taxas de juros e câmbio envolvendo pessoas com acesso ao Banco Central. O senador registrou que estudos do Instituto Brasileiro de Mercados de Capital constataram que os bancos FonteCindam, Boa Vista e Marka operavam nos meses que antecederam à mudança do regime cambial, ocorrida em janeiro de 1999, muito mais no movimento dos juros do que os seus concorrentes.

A CCJ também deverá votar o projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que cria a Unidade de Fiança Penal (UFP) como referência para o cálculo e aplicação da fiança, deixando ao Executivo a incumbência de estabelecer o seu valor. A UFP substitui os indexadores Salário Mínimo de Referência e Bônus do Tesouro Nacional como critérios para o estabelecimento da fiança.

Outra matéria incluída na pauta da CCJ é o projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que pretende estimular o cumprimento das obrigações contratuais nos programas habitacionais de iniciativa pública. Em vez das regras de hoje que estabelecem punições aos inadimplentes, a proposta determina que sejam estabelecidos benefícios para os que estão em dia com suas prestações no âmbito de programas habitacionais de interesse social.

Expediente comprova que Jader não esteve em hotel

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comunicou ontem que diligências efetuadas pelo corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), comprovam que ele, Jader, não se hospedou no Hotel Hilton, em São Paulo, no período em que, segundo a revista *IstoÉ*, ele teria estado lá.

Reportagem da revista, que de-

nunciava a venda ilícita de títulos da dívida agrária (TDAs), dizia que o senador se encontrava nesse hotel durante transação comercial envolvendo esses títulos em dezembro de 1988. Tuma apresentou à Mesa um expediente do hotel. Jader agradeceu as providências tomadas por Tuma em relação ao assunto.

Bezerra disse que, mesmo negando a uma repórter da revista ter estado na casa, publicação afirmou que ele freqüentava a mansão



Fernando Bezerra contesta reportagem da revista "Veja"

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) manifestou ontem, em Plenário, sua indignação com reportagem da revista *Veja* desta semana que o acusa de, quando ministro da Integração Nacional, ter freqüentado mansão alugada no Lago Sul, em Brasília, pelo empresário José Osmar Borges, um dos maiores fraudadores da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

— Fui submetido a um linchamento moral sem acusação concreta — desabafou. Procurado pela repórter Ana d'Angelo, o ex-ministro disse jamais ter estado na casa ou ter mantido contato com José Osmar Borges. Apesar da negativa de Bezerra, conforme observou, a revista manteve a versão do caseiro Osmar Ferreira, que teria reconhecido o senador como uma das autoridades que freqüentavam a mansão, após ver uma foto mostrada pela jornalista.

“Traumatizado” com as insinuações feitas por *Veja*, o senador decidiu contestar as informações da revista encaminhando à Mesa do Senado cópia de reportagem exibida ontem pelo programa *Fala Brasil*, da

TV Record. Segundo Fernando Bezerra, nessa reportagem o caseiro Osmar Ferreira afirmou ter sido pressionado pela repórter Ana d'Angelo a apontar o ex-ministro como um dos freqüentadores da mansão.

Na ocasião, Fernando Bezerra também se colocou à disposição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para fazer uma acareação com o caseiro Osmar Ferreira. E comentou ter enviado correspondência ao editor de *Veja*, Tales Alvarenga, antes da publicação da matéria, apelando para que a versão do fato seja exaustivamente apurada antes de ser divulgada, para evitar danos morais. “Até hoje não recebi resposta da revista”, informou.

Ao final do pronunciamento de Bezerra, o presidente do Senado, Jader Barbalho, mostrou-se solidário ao senador e acusou alguns setores da imprensa “de se acharem acima do bem e do mal e acreditarem que o que publicam tem de ser verdade”. Jader voltou a defender mudanças na Lei de Imprensa, no sentido de exigir maior responsabilidade dos jornalistas e meios de comunicação pelas informações publicadas.

Senador dá apoio a investigação

O presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho, garantiu apoio à apuração de qualquer irregularidade envolvendo o seu nome. A afirmação foi feita durante a sessão conjunta de ontem, após pronunciamento do líder do PT, deputado Walter Pinheiro, que lamentou o fato de o Senado não ter instalado CPI que apuraria denúncias contra o governo federal e contra o senador paraense. “Todas as questões relativas aos homens públicos devem ser apuradas. Da minha parte tenho apoiado todas, entendo que faz parte do contraditório democrático a denúncia e a apuração”, afirmou.

Na oportunidade, Jader lamentou que a Câmara ainda não tenha aprovado uma Lei de Imprensa capaz de permitir que os acusados tenham efetivamente direito de resposta. O senador lembrou que o próprio presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foi acusado de ter sido sustentado ao longo do tempo por um empresário paulista. “Eu tenho o maior respeito por ele e acho isso uma indignidade”, disse.

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), assegurou que o Executivo está fazendo o máximo para efetivar todas as investigações sobre denúncias de irregularidades cometidas no âmbito de órgãos públicos. No entanto, afirmou o deputado, o governo não concorda com “a investigação pela investigação ou com fins políticos, como a que propõe a oposição com a CPI da Corrupção”.



Jader Barbalho lamenta que ainda não exista uma efetiva garantia de direito de resposta do acusado

CFC examina 11 relatórios de auditorias

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve examinar hoje, a partir das 18h, onze relatórios de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Banco do Brasil em programas, fundos e órgãos governamentais. Desse total, sete contam com pareceres dos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Wellington Roberto (PMDB-PB), Freitas Neto (PFL-PI), Heloísa Helena (PT-AL) e Luiz Otávio (sem partido-PA) pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

Quanto aos demais itens da pauta, o senador Wellington Roberto emitiu parecer solicitando informações complementares ao TCU sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (Comdepi). Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) vai requerer o envio, ao Ministério Público da União, de seu parecer sobre auditoria de desempenho executada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), destinada a avaliar a fiscalização ambiental.

Ao relatar a auditoria das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) do exercício de 2000, executada pelo Banco do Brasil, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) opinou pela apreciação da matéria pelo Plenário do Senado. Por sua vez, a senadora Heloísa Helena elaborou parecer pleiteando mais informações ao TCU sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Capela (SE), na área de convênios e royalties.

CRE analisa indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai analisar hoje a indicação do diplomata José Viegas Filho para o cargo de embaixador do Brasil na Rússia. O relator da mensagem é o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Os senadores vão examinar também a indicação do diplomata Cesário Melantônio Neto para a embaixada no Irã. A matéria é relatada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Os dois diplomatas serão sabatinados em audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores, que é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Congresso faz nova sessão hoje para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Sem acordo entre governo e oposição, não houve quórum para completar o exame da proposta ontem à noite. Parlamentares voltam a se reunir às 9h30min

Depois de mais de quatro horas de discussões e encaminhamentos, governo e oposição não chegaram a um acordo que permitisse a votação ontem à noite do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002. Na Câmara, foi atingido o quórum necessário à votação (257 deputados), mas o mesmo não ocorreu no Senado — era necessária a presença de pelo menos 41 senadores. Na presidência do Congresso Nacional, o senador Jader Barbalho marcou nova sessão para as 9h30 de hoje. De acordo com a Constituição, o Parlamento não entrará em recesso até que seja votada a LDO.

O relatório da deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO) mantém a previsão de R\$ 31,69 bilhões como resultado primário das contas públicas (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública) — o equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Este ponto foi a princi-



Mais de quatro horas de debates no Congresso Nacional não propiciaram acordo para a votação da LDO

pal discordância entre oposição e governo, durante as discussões da matéria. Enquanto os líderes da base governista argumentavam que a meta superavitária é fundamental para a manutenção da estabilidade fiscal, os parlamentares da oposição sustentavam que a LDO não

passa de uma ficção, uma vez que está calcada em bases econômicas e fiscais prejudicadas pela crise argentina e do setor elétrico.

— A LDO trabalha com uma economia irreal: taxas de crescimento que não existem, juros que o governo já admite que não serão pratica-

dos, e sem levar em conta a crise de energia — afirmou a deputada Jandira Feghalli (PCdoB).

Os partidos de oposição reivindicam diminuição desse superávit para 0,5% do PIB, redirecionando verbas para programas na área energética, combate à seca do Nordeste, educação e saúde. Os parlamentares opositoristas alegam que é preciso usar menos recursos do orçamento no pagamento de juros da dívida pública.

Mas, para a relatora da LDO, o governo programou muitos investimentos em fontes alternativas de energia e foi dada ainda prioridade no relatório às ações para o fortalecimento do setor. Além disso, a relatora fez modificações que permitem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) priorizar o apoio financeiro às ações que visem sanear a crise do setor energético no país.

Jader recebe reivindicação de servidores públicos

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu em seu gabinete, ontem, um grupo de servidores públicos, entre eles diretores da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que lhe entregaram

documento solicitando apoio para suas reivindicações, em especial a concessão de reajuste salarial.

A audiência aconteceu pouco antes do início da sessão do Congresso Nacional que iria discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e Jader prometeu

aos servidores que, na condição de presidente, faria o necessário para garantir o exame da matéria.

— Não posso encaminhar o assunto como liderança partidária, mas, de minha parte, como presidente, garanto que o assunto será apreciado — afirmou.



LULA E CARLOS WILSON CONVERSAM SOBRE FRENTE DAS ESQUERDAS

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) reuniu-se ontem, por mais de 90 minutos, com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente nacional do

partido, José Dirceu, em seu gabinete na Primeira Secretaria do Senado. Em pauta, a questão da frente das esquerdas em Pernambuco. “Qualquer composição maio-

ritária em Pernambuco passa por você”, disse Lula ao senador.

Participou da reunião de ontem o senador Paulo Hartung (ES), líder do PPS no Senado.

Bornhausen fala à TV sobre primárias

Eleições primárias são o assunto do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje. O convidado é o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), autor da proposta de um programa governamental comum entre partidos da base governista, com o intuito de escolher um único candidato em eleições primárias para concorrer à cadeira presidencial. O *Entrevista* será exibido às 7h30.

A TV Senado exhibe hoje uma edição especial do *Entrevista*, com a presença do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele fala do livro *Quem é Pedro Simon*, sobre sua trajetória política, escrito pelo jornalista Luiz Gutemberg. O programa vai ao ar às 6h30.

A TV Senado transmitirá também a reunião da CPI do Roubo de Cargas, que ouve o traficante Fernandinho Beira-Mar, que está preso na carceragem da Polícia Federal, em Brasília.

Projeto de Ademir amplia utilização de energia solar

Proposta tem como objetivo reduzir o impacto negativo do uso de chuveiros elétricos no consumo elétrico nacional

Com o objetivo de combater o desperdício de energia elétrica, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei determinando que as políticas de desenvolvimento urbano municipais deverão incluir normas estabelecendo a obrigatoriedade de utilização de energia solar nas instalações hidráulicas das edificações privadas e públicas de uso coletivo.

Segundo a proposta, essa diretriz deverá ser determinante para municípios com mais de 20 mil habitantes e facultativa para os de-



Ademir diz que é rápido o retorno do investimento

mais, cabendo às próprias administrações municipais a decisão de estender ou não a obrigatoriedade às residências unifamiliares.

O senador adverte, na justificativa da proposta, para o papel negativo dos chuveiros elétricos residenciais nos gráficos de consumo de energia, em que esses equipamentos aparecem como responsáveis por 33% dos gastos elétricos de uma casa e por 9% do consumo nacional.

O fato de os chuveiros elétricos serem acionados predominantemente em horários de pico, quando os sistemas de fornecimento estão operando no limite de sua capacidade, recomenda a substituição desse equipamento por fontes de aquecimento fartas no país como a energia solar, argumenta Ademir.

O uso de energia solar apenas como sistema de aquecimento de água para banho já representaria uma economia de cerca de um terço nas contas domésticas de luz, acrescentou o senador, afirmando que os custos aparentemente altos da substituição do sistema de aquecimento "são amortizados em pouco tempo e representam benefício permanente".



Para Carlos Bezerra, crise de energia foi programada

Ao referendar o diagnóstico sobre a crise de energia feito pelo professor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reiterou que a crise não foi apenas anunciada, mas também programada.

— Como o sistema elétrico do país está quase todo assentado na geração de energia a partir da movimentação de turbinas geradoras por grandes volumes de água, depende de as represas, ao fim do período chuvoso, estarem com pelo menos 95% de sua capacidade de armazenamento. A última vez que isso aconteceu foi em 1994. Em 1999, esse armaze-

namento ficou em 70%. No ano passado, em 56%. Neste ano, desabou para 36% — afirmou.

Outra medida que teria aberto o caminho para a crise, na opinião do senador, foi a proibição, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar estações para a ampliação da capacidade instalada de energia. Ao setor elétrico, o excessivo corte de gastos adotado pela União teria sido fatal:

— Não precisávamos ter chegado a essa situação e, se assim estamos, é por incuria dos responsáveis pelo setor elétrico, aliada a diretrizes de gestão da economia do país que sacrificaram os interesses do Brasil e o bem-estar da população, por submissão a metas ditadas pelos dirigentes do Fundo Monetário Internacional — disse.

Bezerra também citou matéria publicada na revista *Carta Capital* em que Ildo Sauer explica que a seca não foi tão forte e que o racionamento de energia é culpa exclusiva da falta de planejamento do governo federal. "A situação atual não é culpa de São Pedro. Mais do que chuva, faltaram política e ação na área de energia no Brasil na última década", declarou o professor.



"Não precisávamos ter chegado a essa situação", afirmou Carlos Bezerra

Valadares acusa governo de reduzir verbas para saúde

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem em Plenário contra a decisão do governo federal de não respeitar o acordo político firmado com os partidos de oposição para a aprovação da chamada PEC da Saúde, de que foi o relator.



Conforme Antonio Carlos Valadares, o governo descumriu acordo feito no Congresso

Ele explicou que o Executivo, por intermédio de seus líderes no Congresso, à época comprometeu-se a repassar, a partir do ano 2000, 5% a mais do orçamento da União do que foi empenhado para o setor em 1999. A partir de 2001 até 2004, o acordo previa que os recursos orçamentários seriam aumentados em relação ao ano anterior pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Por determinação do presidente Fernando Henrique e do ministro da Fazenda, Pedro Malan, segundo o senador, a Advocacia Geral da União elaborou parecer jurídico para respaldar a decisão de descumprir o acordo e determinar que os recursos para a área de saúde nos orçamentos de 2000 até 2004 serão revistos pela variação do PIB, mas tomando como base o

que foi empenhado em 1999.

A decisão do governo é "esterecedora", disse Antonio Carlos Valadares, porque haverá redução drástica dos investimentos em saúde, com perdas de R\$ 1,1 bilhão em 2001, R\$ 1,2 bilhão em 2002, R\$ 1,3 bilhão em

2003 e R\$ 1,4 bilhão em 2004.

— É uma medida contra a Constituição, que mostra que esse governo não tem compromisso com o social e muito menos com a palavra empenhada, pois quando se empenha a palavra ela tem que ser respeitada. Nesse país, infelizmente, até o presidente da República se esquece de que empenhou sua palavra — enfatizou.

Valadares lembrou que, enquanto o governo faz cortes nos investimentos em saúde, doenças endêmicas como a tuberculose e a dengue se alastram pelo país.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) endossou o protesto e lembrou que Valadares foi um dos que mais se esforçaram para aprovar a PEC da Saúde. Segundo Viana, até 2004 as perdas para o setor poderão chegar a R\$ 6 bilhões.



Ubirajara: gasoduto torna privilegiada a localização do estado

Ubirajara sugere construção de termelétrica

O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) enviou carta ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, sugerindo a construção de uma usina termelétrica no município de Anastácio (MS). De acordo com o senador, o município fica na região central do estado e tem ramal do gasoduto Brasil-Bolívia passando em seu território. "O município se apresenta como um local privilegiado para a geração de energia a baixo custo", disse.

A carta enviada ao ministro e lida ontem em Plenário por Ubirajara acrescenta que a usina poderia fornecer energia barata para o sudoeste de Mato Grosso do Sul, incluindo a região do Pantanal e da Grande Dourados. A iniciativa promoveria desenvolvimento no estado, livrando-o do racionamento, segundo Ubirajara.

Paulo Hartung elogia acordo sobre patentes de remédios

O senador Paulo Hartung (PPS-PE) cumprimentou o governo, o ministro da Saúde, José Serra, e o Itamaraty pelo acordo firmado segunda-feira com os EUA para solucionar a disputa de patentes de remédios. Os norte-americanos voltaram atrás na tentativa de proibir o Brasil e outras nações em desenvolvimento

de fabricar medicamentos genéricos para o tratamento da Aids. "Essa conquista não servirá apenas ao povo brasileiro, é uma conquista da Humanidade", comentou Hartung.

Na opinião do senador, a vitória diplomática demonstra que, apesar da negociação internacional ser difícil para os países em desenvolvi-



Paulo Hartung: "Essa é uma conquista da Humanidade"

mento, é possível obter sucesso desde que haja preparação para o debate. "Com boas idéias e causas bem fundamentadas, podemos conquistar outros avanços", analisou.

Vários senadores fizeram apartes. Para Tião Viana (PT-AC), a vitória resultou da luta da população e dos movimentos soci-

ais, que encontraram apoio no Ministério da Saúde e em Serra. Para Geraldo Melo (PSDB-RN), a conquista do governo mostra que o país já se movimenta no cenário internacional sem complexo de inferioridade. Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou a "competência e capacidade de negociação" do Itamaraty.

Aprovado incentivo para energia renovável

Acolhido em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, projeto de iniciativa do senador Edison Lobão irá imediatamente ao exame da Câmara, caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, em votação terminativa, o projeto de lei de iniciativa do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivo a Energias Renováveis (Pier). Já aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto seguirá diretamente para exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria pelo Plenário do Senado.

A proposta foi acolhida mediante substitutivo elaborado pelo relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Por se tratar de substitutivo, a matéria foi submetida a turno suplementar de votação, após aprovação de pedido para dispensa do interstício regimental previsto entre uma deliberação e outra.

O programa tem como objetivo estimular no país a produção de energias termossolar, fotovoltaica e eólica e implantar pequenas hidrelétricas. Entre suas prioridades está o incentivo à utilização da energia termossolar em aquecimento de água e o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energia solar e eólica. A energia termossolar é obtida através do calor do sol, enquanto a fotovoltaica é gerada pela luz solar e a eólica vem da força dos ventos.

FINANCIAMENTO

De acordo com o texto aprovado, o programa será financiado com recursos orçamentários específicos, empréstimos obtidos junto a agências nacionais e internacionais de fomento e ainda 2% da contribuição de cada concessionário e permissionário de energia elétrica para a Reserva Global de Reversão (RGR).

Um quinto dos recursos será utilizado para programas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica. Cotas iguais de 30% dos recursos serão aplicadas em projetos de energia termossolar, fotovoltaica e eólica, além de pequenas centrais hidrelétricas, destinados a sistemas isolados de pequeno porte.

Os projetos de energia termos-



solar, fotovoltaica e eólica e os de pequenas centrais hidrelétricas a serem desenvolvidos por cooperativas de produtores, usuários e produtores independentes de energia elétrica em área rural serão beneficiados com 15% dos recursos. Os 5% restantes serão destinados ao Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).

Edison Lobão disse que o substitutivo apresentado por Dutra atualiza o projeto de lei, datado de 1996. Lobão lembrou que, quando formulou a proposta, ainda não existia a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



Lobão (segundo à direita) disse que substitutivo de José Eduardo Dutra atualiza o projeto, datado de 1996

Água usada por animais poderá ser isenta de taxa

Projeto do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que isenta da cobrança de uso os recursos hídricos utilizados para dessedentação (matar a sede) de animais, piscicultura em geral e irrigação de pequenas propriedades também foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Votado de forma terminativa, o projeto, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), segue para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame da matéria pelo Plenário do Senado.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Arlindo Porto (PTB-MG), e voto contrário apresentado em separado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O texto aprovado altera lei de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Juvêncio da Fonseca explicou que a lei atual, como está redigida, não determina a cobrança da água bebida pelos animais nas margens de rios e córregos, mas sujeita ao pagamento quem retirar água para matar a sede deles fora do rio. Ele disse que a alteração que propôs é também educativa, por ajudar a preservar as matas ciliares, ao afastar as manadas das margens.

A proposta também isenta da co-

brança os projetos de piscicultura "nos casos de uso por derivação ou captação em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo de água originário logo após sua utilização". A medida favorece ainda as propriedades de até dois módulos de parcelamento estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que não pagariam pela água utilizada para a irrigação de suas culturas.

No voto em separado, José Eduardo Dutra argumenta que o projeto não diferencia o pequeno agricultor, proprietário de um cavalo ou de uma rês, do grande pecuarista, cujo número bem maior de animais seria nocivo aos cursos d'água. O autor da matéria, no entanto, argumentou que a mudança visa estimular o produtor a modernizar sua fazenda.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou sua preocupação com possíveis prejuízos, trazidos pelas alterações propostas, para os abastecimentos das grandes cidades. Mas foi tranquilizado pelo autor da proposta, para quem a isenção alcançará apenas usuários de pequenas quantidades de água. O senador Paulo Souto (PFL-BA) afirmou que votava a favor do projeto porque estava convencido de sua racionalidade.



Projeto de Juvêncio altera Política Nacional de Recursos

Projeto restringe acesso de navio estrangeiro à cabotagem

Outro projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) estabelece que as embarcações estrangeiras terão acesso à navegação interior e de cabotagem, realizada, respectivamente, nos rios e ao longo da costa brasileira, apenas nos casos em que seus países de origem permitirem operação idêntica por parte de embarcações brasileiras — a chamada reciprocidade. Ao mesmo tempo, a proposta prevê que um navio estrangeiro proceda a esses tipos de navegação se a empresa a que pertencer tiver feito encomenda junto a estaleiro brasileiro.

De autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o projeto permite o afretamento de navio estrangeiro para navegação interior e de cabotagem, sem autorização do órgão competente, desde que os donos desse navio tenham contrato em vigor junto a estaleiro brasileiro para construção de embarcação de tipo semelhante e com capacidade de carga equivalente. Também poderá realizar esses tipos de navegação a embarcação estrangeira cuja capacidade de carga seja igual à metade da capacidade total das embarcações de um mesmo proprietário.

O projeto teve parecer favorá-

vel da relatora, senadora Heloísa Helena (PT-AL), que destacou a atualidade da medida. A senadora lembrou que o governo federal reduziu as taxas de juros e aumentou os prazos de financiamento para a construção naval, devido à crise que atingiu o setor. Como resultado imediato, a Petrobras encomendou a construção de quatro navios a estaleiros nacionais, observou.

Para Heloísa Helena, é preciso

agora não só consolidar o desenvolvimento da indústria da construção naval no Brasil, mas também fortalecer as empresas de navegação brasileiras. Ela concordou com Saturnino, para quem acordos de reciprocidade para esses tipos de navegação somente seriam interessantes para o Brasil se firmados com países como Austrália e Estados Unidos, que também têm vasta extensão de costas e vias navegáveis e ainda elevado volume de carga a ser transportado. O protecionismo americano e a distância da Oceania inviabilizariam, no entanto, esses acordos.

A matéria ainda será examinada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).



Saturnino contempla a reciprocidade em seu projeto

Hartung propõe controle social sobre agências

O desenrolar da crise do setor elétrico, que vem obrigando a população a enfrentar o racionamento de energia, motivou o senador Paulo Hartung (PPS-ES) a apresentar projeto garantindo maior participação da sociedade nas decisões das agências reguladoras. A proposta deverá ser apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A iniciativa de propor maior controle social sobre o desempenho dos dirigentes das agências foi anunciada por Hartung, tempos atrás, em Plenário. A oportunidade foi suscitada pelo entendimento de que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderia ter minorado os efeitos da crise energética. Ao analisar a atuação da Aneel no caso, o par-



Proposta de Paulo Hartung está na CCJ

lamentar apontou falhas na execução do papel que lhe foi delegado pelo Congresso Nacional, "que é o de zelar pelo interesse do cidadão".

Embora esse episódio tenha inspirado a elaboração do projeto, o senador capixaba defende o controle social sobre todas as agências reguladoras. Nesse sentido, propõe mudanças na lei que dispõe sobre a gestão de recursos humanos dessas autarquias, especificamente no artigo relativo à exoneração de seus dirigentes.

A primeira inovação refere-se à possibilidade de os conselheiros e diretores perderem o mandato por voto de censura do Senado, aprovado por três quintos de seus membros. O requerimento de voto de censura, que deve estar fundamentado no argumento de "notória deficiência de desempenho", terá de ser proposto pela maioria absoluta dos senadores. Hartung justifica a exigência de quórum elevado para evitar constrangimentos à independência desses agentes.

Outra novidade diz respeito à obrigatoriedade de o Senado aprovar, por maioria absoluta, o ato de exoneração baseado em processo administrativo disciplinar. "Se cabe ao Senado aprovar a nomeação, caberá também a ele aprovar o ato de exoneração por deficiência de desempenho", observa Hartung.

Nortistas e nordestinos são as principais vítimas da pobreza, afirma Alcântara

Pobres chegaram a corresponder a 50% da população no início da década de 80. Após o Plano Real, vêm oscilando em torno de 34%, segundo o senador pelo Ceará

A pobreza afeta de maneira mais aguda as regiões Norte e Nordeste, os jovens e a parcela não-branca da população, e é o lastro que prende o país ao subdesenvolvimento, impedindo o crescimento econômico efetivo e o aumento da riqueza social. A questão foi debatida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no encontro do Pacto de Cooperação do Ceará, realizado em Fortaleza.

No Nordeste, disse Alcântara, 60% da população encontra-se na faixa de pobreza, enquanto no Sudeste esse percentual é de 20%.

Os estados com a maior concentração de pobres são Maranhão e Piauí, que têm mais de dois terços de sua população nessa condição.

No conjunto da população urbana, disse o senador, 28% encontram-se abaixo da linha da pobreza. Como a população brasileira é predominantemente urbana, explicou, as cidades concentram 65% do total de pobres. Os indivíduos urbanos são também mais carentes, ou seja, sofrem uma pobreza mais intensa que seus congêneres ru-



Alcântara: cidades estão mais pobres

rais, que, embora abaixo da linha divisória nas pesquisas sobre pobreza, encontram-se mais próximos dela, em média, do que os pobres das cidades.

Também os não-brancos respondem por dois terços do total de pobres no país, enquanto os jovens e adolescentes são os mais atingidos pela pobreza, além da população com baixa escolaridade, observou.

Citando as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

(PNAD), Lúcio Alcântara disse que dados de 1997 já apontavam a existência, no país, de 54 milhões de pobres, dos quais 24 milhões encontravam-se em estado de indigência.

Nos últimos 20 anos, informou o senador, os pobres corresponderam, aproximadamente, a 40% da população. Alcançaram seu auge, pouco mais de 50%, no início da década de 80, e após o Plano Real vêm oscilando em torno dos 34%. "O Plano Real foi, aparentemente, a única política governamental com conseqüências duradouras no combate à pobreza", afirmou Lúcio Alcântara.

Antero quer faculdade privada investindo em pesquisa

Projeto de lei apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) obriga as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior a aplicarem, no mínimo, 15% de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação de seu pessoal docente e técnico-científico. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo.

De acordo com a proposta, a renovação periódica do credenciamento das faculdades particulares, de que trata a Lei nº 9.394, dependerá do cumprimento dessa determinação. O senador destacou, na justificativa, que o projeto visa incentivar, cada vez mais, o aperfeiçoamento profissional do

corpo docente e técnico-científico.

— Nunca como hoje se revelou tão importante aproximar ao máximo as atividades de docência da pesquisa científica, pois apenas esta é capaz de estimular a busca contínua de novos saberes e, em conseqüência, a superação do caráter puramente reprodutivo do processo educacional — afirmou Antero Paes de Barros.

O senador lamentou que uma parcela do ensino superior ainda conserve a concepção da educação como uma simples "atividade comercial", pois, observou, muitas instituições quase nada aplicam na qualificação de seu corpo



Antero critica visão do ensino como atividade comercial

de profissionais. Ao mesmo tempo, acrescentou ele, a pesquisa científica constitui uma atividade que ignoram.

Na opinião de Antero Paes de Barros, os efeitos nocivos desse comportamento transparecem, por exemplo, nos resultados dos exames nacionais de avaliação, "que mostram estreita relação entre essa visão arcaica do ensino e o baixo rendimento dos alunos".

— É preciso que se crie um comprometimento institucional para a aplicação de excedentes financeiros na qualificação docente e em projetos de pesquisa, medida que este projeto de lei procura instituir — concluiu o senador.

Iris propõe redistribuição do espaço eleitoral gratuito

Projeto do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prevê a redistribuição, entre todos os partidos, do tempo de propaganda eleitoral gratuita do candidato a presidente ou a governador que deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, sem que seu partido ou coligação faça a substituição prevista na Lei Eleitoral.

Ainda de acordo com o proje-



Iris pretende o fortalecimento dos partidos

to, o partido que não apresentar candidato a qualquer dos cargos em disputa, mesmo que participe de coligação, perderá o tempo no horário eleitoral referente à eleição para aquele cargo. Nesse caso, estabelece o projeto, o tempo será revertido aos demais partidos, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados.

Entre os efeitos negativos da coligação no período eleitoral, o senador destacou a prática de pe-

quenos partidos associarem-se a outros apenas para negociar o tempo de campanha no rádio e na televisão. Iris Rezende disse que esse tipo de coligação prejudica os partidos maiores, que, ao não se sujeitarem às negociações para compra de horário, acabam ficando com menos tempo para seus candidatos.

O projeto, afirmou o senador, visa ao fortalecimento do partido político como agremiação específica e estabelece um critério mais justo de distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita.

Saturnino defende controle social do uso de "royalties"

Encontra-se em tramitação na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto de lei de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que prevê o estabelecimento de um controle social sobre a aplicação dos recursos oriundos dos royalties recebidos por estados e municípios a título de exploração de petróleo nos seus territórios.

Segundo o projeto de Saturnino, cidadãos e entidades legalmente organizadas e com legitimidade representativa constituiriam conselhos estaduais e municipais, encarregados de exercer o acompanhamento social do processo de repartição, transferência e aplicação dos recursos oriundos dos royalties. Os representantes desses conselhos não receberiam qualquer remuneração, de acordo com a proposta.

Para Roberto Saturnino, o acompanhamento social do emprego dos recursos oriundos dos royalties pagos pela Petrobras é tarefa essencial na meta de aprimorar o planejamento estadual ou municipal. "Trata-se de inserir o próprio cidadão no processo de decisão sobre a alocação dos recursos", afirma.



Saturnino: projeto insere cidadão no processo decisório

BNDES pode ser obrigado a prestar contas ao Senado

Texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos também exige que o ministro do Desenvolvimento, ao qual o banco é subordinado, compareça à CAE para complementar as informações encaminhadas por meio de relatórios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) que acolhe emenda modificativa de autoria do ex-senador José Roberto Arruda obrigando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prestar contas anualmente ao Senado sobre suas operações financeiras. A emenda exige o encaminhamento de relatórios à CAE e o comparecimento, na comissão, do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do presidente do BNDES para complementar as informações enviadas.

A emenda do ex-senador Arruda, apresentada em Plenário ainda quando ele era líder do governo, prejudicou o projeto de lei original, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que pretendia

obrigar o BNDES a destinar 22% dos seus recursos financeiros para o setor da agroindústria. Na prática, a alteração substituiu a obrigatoriedade de vinculação de recursos da instituição pela obrigatoriedade da prestação de contas ao Senado.

Em seu relatório, ao acatar a emenda, Mestrinho explicou que a vinculação por lei de recursos do BNDES à agroindústria, conforme previsto no projeto original, afetaria a capacidade operacional da instituição.

Para o relator, se isso fosse feito, poderia haver sobras de recursos para o setor vinculado e escassez em outros, e também forçaria a instituição financeira a alocar recursos em projetos menos importantes ou de risco muito elevado, de modo a comprometer o retorno do crédito concedido. A matéria será ainda apre-

ciada pelo Plenário.

A CAE também aprovou parecer favorável a projeto de lei da Câmara que obriga os fabricantes de televisores a incluírem nos aparelhos um dispositivo que permitirá o bloqueio da recepção de programas com cenas de sexo e violência. Pelo que prevê o projeto, relatado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que encaminhou favoravelmente à aprovação, as emissoras de TV e operadoras terão de dar uma "classificação eletrônica" a todos os programas contendo cenas de sexo e de violência.

O aparelho procederá, então, à leitura dessa classificação, podendo desconectar automaticamente determinado canal pelo tempo previsto para a duração do programa que contém as cenas indesejadas. Com isso, os pais poderão selecionar previamente o que os filhos



A CAE também acolheu projeto que exige a inclusão de dispositivo especial para bloqueio de cenas de sexo e violência nos aparelhos de TV

podem assistir na TV, poupando-os de certos programas.

O projeto, apresentado pelo deputado federal Cunha Bueno (PPB-SP), estabelece um prazo de 180 dias para a regulamentação da lei e de um ano para que a

indústria e o comércio mudem seus procedimentos e renovem os estoques de televisores. O texto proíbe a venda dos aparelhos sem o dispositivo, após esse prazo. A matéria será votada agora pelo Plenário do Senado.

Plenário analisará pedido de empréstimo de US\$ 10 milhões para estado da Bahia

O governo do estado da Bahia foi autorizado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a contratar empréstimo no valor de US\$ 10 milhões junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que atuará como agente repassador de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados pelo governo baiano em projetos de infra-estrutura no estado, previstos no Prodetur-NE (Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste).

A solicitação do empréstimo, encaminhada ao Senado pelo governo federal, passou pelo crivo do Tesouro Nacional, que concordou em conceder aval à operação, atestando que o estado da Bahia vem cumprindo satisfatoriamente as metas contidas no programa de ajuste fiscal. Por sugestão do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi aprovada tramitação em regime de urgência ao pedido, que irá ao Plenário do Senado.

A CAE aprovou também parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) ao projeto de lei da Câmara que permite ao governo suspender, ao longo de todo o ano de



Waldeck Ornélas pediu regime de urgência para a matéria

2001, as vinculações legais previstas para a aplicação de recursos da União, oriundos do recebimento de royalties da exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O projeto original, do Executivo, previa uma desvinculação mais ampla, mas a Câmara modificou-o para deixar estados, municípios e organismos federais situados nas regiões Norte e Nordeste de fora da flexibilização. O Executivo também pretendia estender a suspensão das vinculações até o ano de 2002, mas os deputados limitaram a medida

ao ano de 2001. O projeto segue agora ao exame do Plenário do Senado, em regime de urgência, também aprovado pela comissão.

O projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o Código de Defesa do Contribuinte, por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), teve sua discussão e votação adiadas pela comissão para a primeira semana de agosto. Para Simon, o assunto é polêmico e precisa ser melhor estudado, para que o Senado não acabe aprovando "um código de defesa do sonegador". O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que pediu vista do projeto, elogiou a decisão.

Também ficou para agosto o exame da mensagem do presidente da República solicitando autorização do Senado para uma operação de crédito de US\$ 180 milhões destinada à construção do gasoduto Bolívia-Brasil. O adiamento foi solicitado pelo próprio relator, Wellington Roberto (PMDB-PB), que não teve tempo de analisar as mudanças feitas ao pedido, encaminhadas somente na última segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

CAE vai estudar vantagens e desvantagens da adesão do Brasil à Alca

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado estudará os parâmetros que devem ser seguidos pelo Brasil no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Apresentada pelo presidente da CAE, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta teve aprovação unânime na comissão.

Para Paulo Hartung (PPS-ES), relator da proposta de Alcântara na CAE, a Alca somente será bem-vinda se puder significar, efetivamente, o acesso aos mercados mais dinâmicos do continente, beneficiando inclusive setores brasileiros mais competitivos como os de aço, calçados, têxteis e suco de laranja, produtos sobretaxados nos Estados Unidos. A integração tecnológica e o fim do protecionismo, inclusive os do setor agrícola, segundo o relator, têm de fazer parte da negociação sobre a formação daquele bloco econômico.

Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu um exame cuidadoso da questão da Alca e do relacionamento entre países ricos e em desenvolvimento. Para ele, as nações desenvolvidas defendem a abertura do mercado para seus produtos, mas não aceitam discutir a abertura dos seus mercados para os produtos

agrícolas de outros países.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) elogiou a iniciativa de Alcântara e informou estar apresentando proposta para a realização de um plebiscito, por ocasião das eleições de 2002, sobre o ingresso do Brasil na Alca. Ney Suassuna (PMDB-PB) disse não acreditar na eficácia do plebiscito. Na sua opinião, o povo teria dificuldades em compreender a importância do tema. Ressaltou que a CAE precisa aprofundar-se na questão das barreiras não-tarifárias impostas principalmente pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros. O seu temor é que a Alca se torne um "cavalo de Tróia" para o Brasil, um "presente" que poderia representar a ruína do país.

Os debates e estudos da CAE sobre as vantagens e desvantagens de adesão do Brasil à Alca terão início no segundo semestre deste ano.



O senador Lúcio Alcântara foi o autor da proposta

CCJ aprova novo mandato para Geraldo Brindeiro

Procurador-geral da República foi sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e repeliu acusação de “engavetar” processos. “Eu me recuso a me submeter a pressão de quem quer que seja”, afirmou

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por 17 votos a favor e seis contrários, parecer favorável à mensagem presidencial que indica o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para mais dois anos de mandato frente ao Ministério Público da União (MPU). Esta foi a terceira vez que a comissão concordou com a recondução de Brindeiro, que ocupa o cargo desde junho de 1995. O Plenário do Senado deve apreciar a indicação hoje, em votação secreta.

Em resposta a uma pergunta do relator da mensagem, senador José Agripino (PFL-RN), o procurador repeliu acusações de que agiria como “engavetador” dos processos que envolvem membros do governo. Ele afirmou que não tem qualquer compromisso com o governo ou com políticos para arquivar processos e recordou que ofereceu denúncias contra o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, contra o ex-deputado Sérgio Naya, contra o ex-deputado Hildebrando Pascoal, contra o ex-senador Luiz Estevão e contra os envolvidos nos fatos relatados pela CPI dos Precatórios.

– Fiz o que me cabia fazer. Essa agressão de me chamar de engavetador é feita por políticos que pretendiam me obrigar a ingressar com processos no Judiciário sem que houvesse fundamento. Um caso notório é o fato de eu não ter iniciado processo contra o presidente da República, o ministro José Serra



Brindeiro (entre os senadores José Agripino, Bernardo Cabral e Osmar Dias) obteve na CCJ 17 votos favoráveis à sua recondução

e o governador de São Paulo, Mário Covas, com base no chamado dossiê Cayman. Não o fiz porque não tinha que fazê-lo. Eu me recuso a me submeter a pressão de quem quer que seja, do presidente, da oposição ou da imprensa – garantiu.

Segundo Brindeiro, nunca houve um procurador que entrasse com tantos processos junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, observou, foi ele o chefe do MPU que nomeou maior número de procuradores, de forma a acompanhar o esforço de interiorização do Judiciário e ampliar o combate à impunidade, promovendo a atuação conjunta com os Ministérios Públicos dos estados.

O procurador afirmou que, para que os processos tenham maior agilidade, é necessária uma reforma do Judiciário brasileiro para limitar o número de recursos protelatórios. O número de processos que dão entrada anualmente no STF – cerca de 60 mil – foi a justificativa dada por Brindeiro à senadora Heloísa Helena (PT-AL) para justificar os mais de 4 mil processos que esperam o parecer do procurador-

geral. Ainda assim, ele afirmou que nunca tantos processos foram despachados pelo MPU ao STF.

EQUILÍBRIO

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse acreditar que Brindeiro está cumprindo o seu papel, pois, na sua avaliação, não se pode iniciar processo baseado apenas em fatos narrados pela imprensa. Para o senador Iris Rezende (PMDB-GO), o procurador é detentor de equilíbrio e sensatez, qualidades que considera necessárias para a função, pois alguém inconsequente acusa pelo simples fato de acusar. “Ele evitou que a Procuradoria se transformasse na casa da vindita”, disse.

Ao senador Antônio Carlos Júnior (PFL-BA), Brindeiro disse que os instrumentos constitucionais existentes são insuficientes para coibir abusos por membro do Judiciário, já que são raros casos de processos criminais contra juízes. O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), elogiou a “exposição firme e consistente” de Brindeiro, que “apresentou dados e argumentos jurídicos que justificam por que está sendo reconduzido”.

Senadores pedem pressa para apurar acusações contra Jader

Atendendo a apelo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmou que irá se empenhar para, até o início de agosto, avançar nas investigações sobre as denúncias de envolvimento do presidente do Senado, Jader Barbalho, em operações fraudulentas com títulos da dívida agrária (TDAs). Segundo Brindeiro, o processo, a cargo do procurador da República Luiz Augusto, está na 12ª Vara da Justiça Federal, e a Polícia Federal vem realizando as diligências necessárias.

– Meu empenho será total e, se for o caso, posso até oferecer a denúncia – disse Brindeiro.

Ele reagiu à afirmação da revista *IstoÉ* de que estaria “abafando” a possibilidade de haver a quebra do

sigilo bancário dos envolvidos. Esclareceu que, para isso, deve haver indícios contra pessoas que figurem como réus em processos.

Ao senador Paulo Hartung (PPS-ES), Brindeiro garantiu que o MPU não cruzou os braços frente às denúncias de que Jader teria sido beneficiado em operações irregulares no Banco do Estado do Pará, em 1984. Disse que o processo estava a cargo do Ministério Público estadual e que só chegou ao MPU 15 anos depois que os fatos aconteceram.

Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) apelou a Brindeiro para que tome iniciativas e ao menos abra os inquéritos para dar resposta às angústias da sociedade, que a cada semana toma conhecimento de denúncias contra o presidente do Senado.



Heloísa Helena disse não compreender a atuação do Ministério Público da União diante de “denúncias gravíssimas”

Heloísa Helena estranha que denúncias não gerem inquéritos

Depois de relacionar denúncias envolvendo o Executivo durante o período em que Geraldo Brindeiro esteve à frente do Ministério Público da União, como as irregularidades no Projeto Sivam, a compra de votos de parlamentares na votação da emenda constitucional da reeleição, o escândalo da “pasta rosa” no Banco Central, a privatização da Telebrás, o dossiê Cayman, o socorro aos bancos Marka e FonteCindam e a crise energética, que não resultaram na abertura de processo judicial, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse não compreender a atuação do MPU nos últimos anos.

– Tenho dificuldade para entender o papel do procurador diante de tantas denúncias feitas por tantas autoridades e pela imprensa. Não é possível que todas as pessoas estejam erradas e que não haja razão para apurar o possível envolvimento do presidente em denúncias

gravíssimas – afirmou Heloísa.

O senador Pedro Simon disse que, apesar do excelente currículo, Brindeiro não tem perfil para ser o chefe do MPU. Segundo o senador, o procurador não se coloca na posição de acusador, mas na de juiz, pois, na dúvida, “o procurador não pode engavetar, deve denunciar”.

– Não é da sua índole. O juiz é que vai observar as provas e, então, absolver ou condenar. O procurador não pode ficar esperando provas. Num país com uma nova denúncia de corrupção por dia, a pessoa mais temida deveria ser o procurador-geral – comentou Simon.

Jefferson Péres e Francelino Pereira (PFL-MG) lembraram que Brindeiro usou avião da Força Aérea Brasileira para tirar férias em Fernando de Noronha. “O procurador-geral não pode se permitir o menor deslize. Esse foi um episódio constrangedor”, disse Jefferson.

Forma de escolha do procurador-geral é criticada

Durante a sabatina do procurador-geral da República, diversos senadores defenderam mudanças nas regras constitucionais que delegam ao presidente da República a responsabilidade de nomear o chefe do Ministério Público da União (MPU). A necessidade de mudança, segundo o senador Jefferson Péres (PDT-AM), fica clara pelo fato de os procuradores da República, como acontece nos estados, terem realizado eleição recentemente em que o nome de Geraldo Brindeiro não figurou entre os três mais votados.

Na opinião de Jefferson, o fato demonstra que Brindeiro já não goza da confiança dos seus pares. Ele acredita que, ao fazer a escolha, o presidente retira do procurador a isenção necessária para, se for o

caso, apresentar denúncia contra quem o nomeou. Assim como o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson condenou o fato de Brindeiro ter percorrido os gabinetes dos senadores para pedir apoio.

– Essa prática deveria ser varrida do nosso costume. O procurador não pode pedir apoio de mandatários contra quem talvez tenha que se opor – disse Jefferson, que considera que a imagem de Brindeiro está fragilizada para continuar ocupando o cargo.

Simon declarou que existem 33 processos contra senadores, 194 contra deputados, 11 contra ministros e 4 contra o presidente nas mãos de Brindeiro, e que o procurador estaria tranqüilo por saber que 60 senadores manifestaram apoio a seu

nome.

– O presidente teria feito um gesto de grandeza se tivesse escolhido um nome diferente e iniciado novo processo, admitindo os nomes escolhidos pelos procuradores – disse.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ter apresentado proposta de emenda à Constituição para mudar o processo de escolha do procurador-geral. Para ele, é um contra-senso a Constituição declarar a independência funcional e a autonomia administrativa do MPU e, ao mesmo tempo, determinar que o presidente é responsável pela nomeação e o Senado pela aprovação do chefe da instituição. Ele manifestou preferência por eleição direta entre os procuradores para escolher o dirigente do MPU.

Educação Física pode se tornar disciplina obrigatória

Projeto acatado pela CE exige a inclusão de práticas desportivas em todos os currículos da educação básica. A comissão também decidiu dar o nome do ex-governador paulista Mário Covas a toda a extensão da rodovia BR-101

A disciplina de Educação Física deverá ser obrigatória em todos os currículos da educação básica. A decisão foi tomada pela Comissão de Educação (CE) ao aprovar parecer do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao projeto do deputado Doutor Rosinha (PT-PR). A matéria segue agora para apreciação do Plenário do Senado.

Álvaro Dias disse que a inclusão da disciplina nos currículos fará com que os alunos valorizem o esporte e a expressão corporal. Com isso, observou, terão melhores condições de preservar a saúde e passar a ter momentos de lazer, com acompanhamento educacional.

De acordo com o projeto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, somente deixarão de praticar a Educação Física os alunos que prestam serviço militar ou os portadores de doenças infecto-contagiosas. Também estão excluídos os alunos que sofrem de hemofilia, doenças asmáticas, cardites, pericardites e nefropatias.

COVAS

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aprovou parecer ao projeto da Câmara que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, em toda a sua extensão. Para o relator, senador Álvaro Dias, a homenagem é justa, já que "Mário Covas foi sempre um homem íntegro e probo".

Na justificativa, o autor do projeto, deputado Marcus Vicente, afir-

mou que a homenagem é pequena diante do trabalho que Mário Covas fez pelo país. "Mas somente uma rodovia como a BR-101, que percorre o país de norte a sul, passando por Santos, cidade em que ele

nasceu, seria digna de ostentar o nome de tão ilustre e amado brasileiro", afirmou o deputado.

REQUERIMENTO

A CE aprovou ainda requerimento do senador Freitas Neto (PFL-PI) solicitando a realização de audiências públicas para que sejam ouvidos, separadamente, os ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, e do Esporte e Turismo, Carlos Melles, a respeito das diretrizes e programas considerados prioritários por ambos os ministérios para o próximo ano. Os dois ministros deverão comparecer à CE na primeira quinzena de agosto.

RÁDIOS

Também foi aprovada a renovação de concessão da TV SBT (canal 4 de São Paulo), bem como a da TV Pioneira, em Teresina (PI), e da permissão das rádios Itaparica, de Salvador (BA); Nova São Manuel, em São Manuel (SP); e Castelo Branco, em Divinópolis (MG).

Foram aprovadas autorizações para a entrada em funcionamento das seguintes rádios: MR-Rádiodifusão, de Codó (MA); Alto



A Comissão de Educação resolveu convidar os ministros Pimenta e Melles para falar dos programas de suas áreas

Paranaíba, de Patos de Minas (MG); Álvaro Cordeiro, de Coração de Jesus (MG); Fundação Universidade Regional de Blumenau, de Blumenau (SC); Alternativa, de Bicas (MG); Universidade de São Paulo, de Ribeirão Preto (SP); e Comunitária, de Palmeirópolis (TO).

As rádios comunitárias aprovadas foram as seguintes: Itaquerê, de Nova Europa (SP); Amiga, de Registro (SP); Cruzeiro, de Umirim (CE); Artística e Ecológica Planalto, de Planalto (BA); Defesa do Meio Ambiente, de Guaramirim (SC); Bom Conselho, de Bom Conselho (PE); Cultura, de Timbaúba (PE); Mamma Bianca, de Valparaíso (SP); Comunitária de Jaguariúna, de Jaguariúna (SP); Cultural, de Iracemápolis (SP); Comunitária de Sete Lagoas (MG); Vila Mendes Amovim, de Coronel Xavier Chaves (MG); Educativa de Cabeceira Grande, de Cabeceira Grande (MG); Barro Duro, de Barro Duro (PI) e Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, de Autazes (AM).

Jornalista lança biografia de Simon na Biblioteca do Senado



No livro, Simon faz revelações sobre a ação de vários políticos

Mais de 50 anos da história nacional aparecem ao longo das 216 páginas do livro *Quem é Pedro Simon - Uma Biografia*, que será lançado às 18h30 de hoje na Biblioteca do Senado. Escrita pelo jornalista Luiz Gutemberg, a obra tem como personagens tanto o seu protagonista, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), como vários políticos de grande expressão com quem ele conviveu.

Gutemberg mescla a narração de fatos históricos com testemunhos e opiniões do senador gaúcho, contendo revelações sobre Teotônio Vilela, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e João Goulart, entre

outras personalidades. O jornalista seleciona momentos da trajetória de Simon — que já foi governador e ministro de Estado — e explica algumas das marcas mais curiosas do senador, como a oratória teatral e onde e como a adquiriu.

Gutemberg adota o estilo "biografia monitorada", uma proposta do pesquisador inglês Theodore Zeldin, associando as emoções do jornalismo à objetividade dos dados históricos incontestáveis, e apresenta uma nova maneira de reviver episódios da história contemporânea brasileira. O livro, de acordo com o texto de apresentação, "é vacinado contra o pecado original das biografias: trata de um ser real, no mundo real. Não importa se Pedro Simon faz o bem ou o mal (com boa ou má intenção), mas o que ele fez, faz e pensa. Não se trata de uma sentença, condenando-o ou absolvendo-o".

Projeto do Acre é tema de mostra de fotografia

Uma exposição de fotografias apresentando o trabalho do Projeto Cidadão, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Acre, foi inaugurada ontem no Salão Negro do Congresso. O projeto tem por objetivo garantir a emissão gratuita de documentos para a população. A preocupação surgiu em 1995 quando dados do IBGE revelaram que 68% dos habitantes do Acre não tinham documento de identificação.

Em parceria com o governo do estado, são empreendidas também ações voltadas para garantir às populações mais isoladas do Acre serviços de atendimento médico e odontológico, educação ambiental, cultura, lazer e esporte, além do atendimento jurídico e social.

Luiz Otávio destaca "visão profética" de Caio Prado

Ao aplaudir a iniciativa do Senado de homenagear o pensador marxista Caio Prado Júnior, o que está previsto para a sessão de hoje, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) lembrou que, décadas atrás, o autor de *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* já apontava a reforma agrária como crucial para as questões do desenvolvimento e da justiça social no país. Ele reconheceu que alguns críticos de hoje consideram "simplista" a avaliação de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária e sua importância num Brasil que se industrializava. "Mas ninguém pode lhe negar a visão profética da primazia que a luta agrária teria no país,

que se mantém até nos dias atuais", enfatizou.

Segundo Luiz Otávio, a ação de Caio Prado Júnior não se restringiu ao plano das idéias.

Filiado ao Partido Comunista e fiel ao seu ideário, lutou como parlamentar e ativista. Cassado junto com o PCB, não desistiu de suas opções políticas até sua morte, em 1990, nem se abateu com as perseguições que sofreu.



Segundo Luiz Otávio, a questão agrária ainda é fundamental

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 2
6h30 — *Entrevista Especial* — O senador Pedro Simon e o jornalista Luiz Gutemberg falam sobre o livro *Quem é Pedro Simon - Uma Biografia*
7h30 — *Entrevista* — O senador Jorge Bornhausen fala sobre as eleições primárias
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após — CPI do Roubo de Cargas — Audiência com Fernandinho Beira-Mar

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Constituição e Justiça
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias - Edição da Noite*
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Freitas Neto conclama Senado a rever projeto que limita MPs

Senador afirma que o texto, como está, transforma a Casa em simples homologadora de decisões da Câmara dos Deputados

O senador Freitas Neto (PFL-PI) conclamou os senadores a modificarem a proposta de emenda à Constituição (PEC) limitando o uso das medidas provisórias, recentemente votada na Câmara dos Deputados. Ele entende que, se a PEC for aprovada como está, o Senado se tornará uma mera Casa homologatória, afastando-se do centro das decisões legislativas. "O sistema bicameral virará um monstrego", advertiu Freitas Neto.

Ao prever que o exame das medidas provisórias começará sempre pela Câmara dos Deputados, com prazo de 45 dias, decorridos os quais trancará a pauta legislativa, a proposta de emenda à Constituição criará uma situação em que a negociação política se dará entre os deputados, explicou o senador. Será então enviado um texto já definido ao Senado, que ficará pressionado a



Para Freitas Neto, com o texto aprovado pela Câmara "o sistema bicameral virará um monstrego"

aprová-lo, sem emendas e rapidamente. "O Senado se transformará numa Casa institucionalmente homologatória", frisou.

Para Freitas Neto, o cenário não é novo, pois os senadores já se viram dezenas de vezes na contingência de ratificar proposições vindas da Câmara sem aperfeiçoá-las,

para não retardar sua tramitação legislativa. Nessas ocasiões, o Senado foi mero coadjuvante do processo legislativo, argumentou.

Ele admitiu haver um consenso nacional sobre a necessidade de limitar o uso das medidas provisórias, proposta que já se arrasta há 13 anos. Em consequência, diz, é fácil prever que o Senado será, uma vez mais, pressionado a aceitar o projeto como está, mesmo prejudicando sua competência legislativa.

Segundo Freitas Neto, se o Senado concordar, estará criando uma distorção institucional, condenando a Casa a cumprir, indefinidamente, um papel menor no Congresso. "Estaremos, também, nos arriscando a ver nossa pauta trancada a todo momento, transmitindo à sociedade a falsa impressão de morosidade e ineficiência", disse.

Cabral anuncia ONG dedicada ao estudo do Direito Internacional

A criação do Centro de Estudos de Direito Internacional foi comunicada ao Senado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele informou tratar-se de uma organização não-governamental, com sede em Brasília, que tem por objetivo estimular o ensino, o estudo e a disseminação do Direito Internacional. Cabral destacou que o trabalho da nova organização trará benefícios tanto para o mundo acadêmico quanto para o governo e para a sociedade civil.

Bernardo Cabral relatou que o desenvolvimento das relações internacionais, o êxito do processo integracionista e a crescente interdependência das nações em prestaram nova importância ao

Direito Internacional. Ele lembrou que até os anos 90 esse campo do direito era relegado a posição sem relevância, e chegava mesmo ao ponto de ser questionado se Direito Público Internacional seria realmente Direito. Hoje, o Direito Internacional é a especialidade com maior procura nos cursos jurídicos brasileiros, segundo disse.

— Vaca louca, Embraer/Bombardier, Alca, OMC são, entre outros, temas que tocam, de tal ou qual modo, toda a comunidade brasileira. Compreendê-los é necessário. Saber usar em benefício do Brasil os recursos jurídicos disponíveis no plano internacional é fundamental — argumentou o senador.



Segundo Cabral, hoje o Direito Internacional é a especialidade com maior procura nos cursos jurídicos brasileiros

Suassuna: tropa que serve no Timor está sem receber



Suassuna cobra respeito do governo aos cidadãos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reivindicou imediato pagamento aos 80 integrantes do Exército Brasileiro que estão servindo no

Timor Leste. O governo já enviou àquele país três contingentes militares, mas não pagou o devido nem mesmo ao primeiro, garantiu.

Conforme Suassuna, o governo não trata seus cidadãos com respeito. Ele informou que, no Timor Leste, as tropas brasileiras precisam recorrer ao contingente do Canadá para falar ao telefone com familiares, pois o governo brasileiro não providenciou os meios para lhes garantir serviços mínimos. Para Suassuna, o governo também dá tratamento desumano às vítimas da seca na Paraíba, pois prometeu há 36 dias enviar água e cestas básicas, e nada chegou aos flagelados ainda.



Eduardo Suplicy disse que Milton Santos dignificou a Geografia, a ciência social e a política

Suplicy lamenta morte do geógrafo Milton Santos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem seu pesar pelo falecimento do geógrafo, professor e jornalista Milton Santos, ocorrido domingo, em São Paulo, aos 75 anos. Ele justificou não ter se pronunciado sobre o assunto na sessão da segunda-feira porque havia viajado a Buenos Aires, Argentina.

— Quero juntar a minha voz ao requerimento de pesar apresen-

tado por iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC) e homenagear esse extraordinário brasileiro, que tanto dignificou a Geografia, a ciência social e a política — afirmou Eduardo Suplicy.

O senador por São Paulo destacou ainda que Milton Santos foi uma pessoa que sempre soube distinguir com isenção os interesses "dos que até hoje não tiveram direito à cidadania no Brasil".



Carlos Bezerra recebeu o cacique Raoni no Plenário e se declarou honrado pela escolha para "padrinho" da proposta de criação da entidade

Cacique pede apoio de Bezerra para criação do Instituto Raoni

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) recebeu em Plenário o cacique Raoni, que o procurou ontem para pedir seu apoio a projeto de lei que cria o Instituto Raoni, entidade que irá desenvolver trabalho assistencial nas áreas de saúde, educação e preservação da cultura dos indígenas brasileiros. Raoni é o líder dos caiapós, que ocupam a reserva do Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso.

Carlos Bezerra salientou ao líder indígena que se sente "honrado"

com a escolha para que ele seja o "padrinho" e apresente a proposta, mencionando aos repórteres que acompanharam a entrega do projeto que o cacique esteve recentemente no exterior, onde obteve o apoio de vários países para a criação do instituto. Bezerra acrescentou que o cacique é uma das maiores lideranças indígenas do país e garantiu seu empenho na obtenção dos recursos necessários para viabilizar a instalação do Instituto Raoni em Mato Grosso.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares, Freitas Neto, Mozarildo Cavalcanti e Antero Paes de Barros